



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.579/2025-D**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA.**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**

**DATA E HORA DO PREGÃO: 01/07/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)**

**SESSÃO PÚBLICA: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço unitário**

**MODO DE DISPUTA: Aberto**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim**

**TIPO DE LICITAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA**

**UASG DE ATUAÇÃO: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP**

**PREÂMBULO**

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, situada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000, Vila Mirim, Praia Grande/SP, por intermédio da **Secretaria de Administração e demais secretárias**, torna público, a quem possa interessar, que realizará, no **dia 01 de julho de 2026, às 09h30min (horário oficial de Brasília-DF)**, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), UASG nº 986921, LICITAÇÃO sob na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as demais normas legais em vigor, Lei Complementar nº 123/2006, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decretos Municipais nº 7929/2023 ([https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=8152&Acao=busca](https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8152&Acao=busca)), nº 7843/2023 ([https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=8019&Acao=busca](https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=8019&Acao=busca)), nº 6238/2017 ([https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=5379&Acao=busca](https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5379&Acao=busca)), nº 6434/2018 ([https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos\\_view.asp?codLeis=5671&Acao=busca](https://www.praiagrande.sp.gov.br/Administracao/leisdecretos_view.asp?codLeis=5671&Acao=busca)) e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**ATENÇÃO QUANTO A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO NAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO ITEM 12.1., SOB PENA DE SOFRER A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONFORME PREVISTO NOS ITENS 12.2 A 12.15.**

**1. DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto da presente Licitação A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será realizada em único item.

**2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**2.1.** As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº.

SECRETARIA	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE
SEASP	04.02.00/06.181.8003.2367/3.3.90.39.16	Municipal
SEAD	05.02.00/04.122.7004.2103/3.3.90.39.78	Municipal
SEAS	08.02.00/08.122.4001.2468/3.3.90.39.16	Municipal
SEDUC	09.27.00/12.361.2003.2408/3.3.90.39.16	Municipal



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

<b>SEDUC</b>	09.27.00/12.365.2003.2409/3.3.90.39.16	Municipal
	09.27.00/12.365.2003.2407/3.3.90.39.16	Municipal
	09.27.00/12.367.2003.2406/3.3.90.39.16	Municipal
	09.27.00/12.361.2003.2444/3.3.90.39.16	Municipal
<b>SESAP</b>	10.07.00/10.122.1001.2377/3.3.90.39.78	Municipal
<b>SESURB</b>	15.02.00/15.452.5005-2086/3.3.90.39.99	Municipal
<b>SETRAN</b>	16.02.00/15.452.8001.2439/3.3.90.39.78	Municipal
<b>SECTUR</b>	19.02.00/13.122.3003.2024/3.3.90.39.16	Municipal
<b>SEEL</b>	20.02.00/27.812.3001.2405/3.3.90.39.16	Municipal

**2.2.** O valor estimado da contratação é de **R\$ 2.014.901,72 (dois milhões, quatorze mil novecentos e um reais e setenta e dois centavos)**.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras))

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5.** *A licitação não terá itens para a participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.*

**3.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**3.7.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;





**3.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.7.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.7.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.7.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

**3.7.11.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

**3.7.12.** Sociedades Cooperativas.

**3.8.** O impedimento de que trata o item **3.7.4.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.7.2. e 3.7.3.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.11.** O disposto nos itens **3.7.2. e 3.7.3.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**3.13.** A vedação de que trata o item **3.7.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.





**3.14.** A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicado no Preâmbulo deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **8.1.1. e 8.10.1** deste Edital.

**4.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.4.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**4.4.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**4.4.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.6.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.7.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

**4.7.1.** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;





**4.7.2.** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**4.7.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**4.7.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**4.7.5.** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**4.7.6.** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**4.7.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**4.7.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**4.7.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

**4.7.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações.

**4.7.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**4.8.** A falsidade da declaração de que trata os itens **4.4** ou **4.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**4.9. A licitante deverá apresentar Declaração de parentesco, conforme modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.**

**4.10.** As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a partir de sua expedição.

**4.11.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas PROCURAÇÕES apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 06 (seis) meses, imediatamente anteriores à data de apresentação dos Envelopes Proposta e Documentação.

**4.12.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e com CNPJ da matriz. E se for filial todos os documentos deverão estar em nome e com CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

**4.13.** Caso a empresa licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos (matriz e filial).

**4.14.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.





**4.15.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.16.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.17.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.17.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.17.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.18.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.18.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.18.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.19.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **4.17.** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.20.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.21.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**4.22.** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

**4.23. Os requisitos de habilitação e qualificação técnica se encontram no Anexo I – Termo de Referência.**

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** Valor unitário ou desconto;

**5.1.2.** Marca/fabricante;

**5.1.3.** Declarar a marca em campo próprio do sistema ao cadastrar a proposta

**5.2.** O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.





**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**5.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.9.** O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**5.11.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

**5.12.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

**5.13. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.**

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.





**6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos de real)**.

**6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**6.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**6.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**6.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**6.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**6.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.





**6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**6.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **6.13**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**6.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**6.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).





**6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de 5% (cinco por cento), previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.21.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**6.22.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.22.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

**6.22.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.22.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**6.22.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.22.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.22.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.22.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.22.2.2.** Empresas brasileiras;

**6.22.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.22.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).





**6.22.2.5.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**6.23.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.23.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.23.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.23.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.23.4.** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, em até duas horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.23.5.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.24.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **3.7.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>);

c) Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>)

**7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.**

**7.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item **4.6.** deste edital.

**7.6.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação no edital.





**7.6.1.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.7.1.** Contiver vício insanável;

**7.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.7.3.** Apresentar preços inexequíveis, conforme §4º art. 59 da Lei nº 14.133/2021, ou a proposta ou lance vencedor apresentar preço final superior ao preço máximo definido para a contratação;

**7.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável

**7.7.6.** Caso o Termo de Referência conste a obrigatoriedade de declarar marca, o licitante apenas o fizer no momento do envio da proposta.

**7.7.6.1.** Ao encaminhar a proposta com o valor negociado e aceito, não mantenha a mesma marca cadastrada inicialmente no sistema

**7.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**7.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**7.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.





**7.13.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**7.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por Certificado de Registro Cadastral, emitido pelo Município da Estância Balneária de Praia Grande.

**8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.3.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.4.** Os documentos eletrônicos de habilitação produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

**8.4.1.** No caso dos documentos eletrônicos enviados não observarem o processo de certificação previsto no item **8.4.**, deverão ser apresentados, pessoalmente, ou, enviados pelo correio com AR: em originais, ou cópias autenticadas por tabelião de notas; ou, mediante publicação em órgão da imprensa oficial; ou, por cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da Administração ao Departamento de Licitações na Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Pres. Kennedy nº. 9000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900, em até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.





**8.5.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.6.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.7.** O licitante deverá apresentar, preferencialmente no ambiente do sistema eletrônico, caso disponível, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.8.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**8.8.1.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme consta nos itens **4.5** e **4.6** do Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**8.8.2.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, podendo esta declaração ser realizada em campo próprio do sistema, onde afirma que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital.

**8.9.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**8.9.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**8.10.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.10.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, em prazo fixado na Sessão Pública, contado da solicitação do Pregoeiro.

**8.10.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**8.11.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.11.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.11.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.





**8.12.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

**8.12.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**8.12.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.13.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.14.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **8.10.1.**

**8.15.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.16.** As Microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição:

**a)** Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**b)** A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea "a" deste subitem, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

**8.17.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**9.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico: [sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br) ou [licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:licitacao@praiagrande.sp.gov.br).

**9.2.** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

**9.3.** Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular **impugnações** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada, por meio do endereço eletrônico: [sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:sead.licitacao@praiagrande.sp.gov.br) ou [licitacao@praiagrande.sp.gov.br](mailto:licitacao@praiagrande.sp.gov.br).

**9.4.** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

**a)** Documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;





b) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

**9.5.** Caberá ao Pregoeiro se manifestar motivadamente, ouvidas, se for o caso, as unidades competentes, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**9.6.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

**9.7.** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

**9.8.** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

**9.9.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**9.10.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**9.11.** As respostas das impugnações serão publicadas somente no site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br> e Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

**10.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

**10.2.** A Autorização de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

**10.2.1.** referida Autorização está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**10.2.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

**13.2.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**10.3.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**11.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**11.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.





**11.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**11.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**11.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, ao Departamento de Licitações da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, Av. Presidente Kennedy nº 9.000, Vila Mirim – Praia Grande/SP, CEP 11704-900.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**12.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

**12.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**12.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**12.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**12.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**12.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra; ou

**12.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**12.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**12.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;





**12.1.5.** Fraudar a licitação;

**12.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**12.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**12.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**12.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**12.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**12.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**12.2.** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulos XXVIII e XXIX do Decreto Municipal nº 7929/2023.

**12.3.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**12.3.1.** Advertência;

**12.3.2.** Multa;

**12.3.3.** Impedimento de licitar e contratar; e

**12.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**12.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.4.1.** Na natureza e a gravidade da infração cometida.

**12.4.2.** As peculiaridades do caso concreto

**12.4.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**12.4.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**12.4.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**12.5.1.** Para as infrações previstas nos itens **12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3.**, a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.

**12.5.2.** Para as infrações previstas nos itens **12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7. e 12.1.8.**, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

**12.6.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.





**12.7.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.9.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7. e 12.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

**12.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades.

**12.11.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização que intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.12.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.13.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.14.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.15.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Será divulgada Ata da Sessão Pública no sistema eletrônico.

**13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**13.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**13.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





**13.6.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

**13.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**13.8.** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

**13.9.** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**13.10.** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

**13.11.** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.12.** O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

**13.13.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**13.14.** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas as unidades competentes.

**13.15.** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

**13.16.** A participação neste Pregão Eletrônico implica na aceitação integral e irretratável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

**13.17.** As exigências constantes neste Edital e seus Anexos, no que couber, abrangem fornecedores, subfornecedores e subcontratados, sem exceções, cuja responsabilidade pela implementação de qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é exclusiva da licitante vencedora, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

**13.18.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados somente nos sítios eletrônicos da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>

**13.19.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

**13.20.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2.021.

**13.21.** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

**13.22.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**13.23.** O Edital e seus anexos, poderá ser obtido através do site da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande: <http://www.praiagrande.sp.gov.br>, Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://pncp.gov.br>.

**13.24.** Fica eleito o foro da Comarca da Praia Grande para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Edital e da contratação do objeto do mesmo que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

## 14. DOS ANEXOS

**14.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**14.1.1. ANEXO I** - Termo de Referência

**14.1.1.1. 1º Apêndice do Anexo I** - Condições Gerais

**14.1.1.2. 2º Apêndice do Anexo I** – Estudo Técnico Preliminar

**14.1.2. ANEXO II** – Declaração de Parentesco

**14.1.3. ANEXO III** – Planilha Proposta

**14.1.4. ANEXO IV** - Relação de Endereço

**14.1.5. ANEXO V** – Minuta de Termo de Contrato

Praia Grande, 03 de junho de 2026.

**MAURICIO VIEIRA IZUMI**

Secretário Municipal de Assuntos de  
Segurança Pública

**RONALDO FERREIRA DE ALCÂNTARA**

Secretário de Administração Interino

**GISELE DOMINGUES**

Secretária Municipal de Assistência Social

**PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**

Secretária Municipal de Educação

**JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**

Secretário Municipal de Saúde Pública

**SORAIA M. MILAN**

Secretária Municipal de Serviços Urbanos

**MARCELINO SANTOS GOMES**

Secretário Municipal de Trânsito

**MAURICIO DA SILVA PETIZ**

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

**RODRIGO SANTANA**

Secretário Municipal de Esporte e Lazer





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### Departamento de Administração/Divisão Administrativa

#### LICITAÇÃO PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO 3.579/2025-D

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios e caixas d'água, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CATMAT/ CATSER
1	LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA	UNID.	3.484	13595

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 20 da Lei nº 14.133/21.
- 1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do ETP.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável (arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133/21).
- 1.5. A prestação dos serviços é enquadrada como continuada tendo em vista que garante as condições sanitárias adequadas e a qualidade da água utilizada nos equipamentos e instalações permanentes da Administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando as despesas relativas aos trâmites para prorrogações ou novos ajustes, nesse sentido, a contratação observa o plano plurianual e a lei orçamentária anual.
- 1.6. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no ETP.





A contratação dos serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios e caixas d'água visa atender à necessidade contínua de assegurar a qualidade da água distribuída e armazenada nas dependências das instalações públicas.

Este serviço é indispensável para a prevenção de doenças de veiculação hídrica e para a proteção da saúde dos usuários das unidades administrativas, educacionais e de saúde mantidas pela administração pública.

A legislação sanitária vigente e as boas práticas recomendadas pelas autoridades competentes determinam a periodicidade desses serviços, de forma a garantir a potabilidade da água e a segurança no consumo humano.

Além disso, o serviço reflete diretamente na preservação da infraestrutura, prevenindo danos estruturais aos reservatórios ocasionados por acúmulo de resíduos ou contaminações.

A contratação é fundamentada no interesse público e busca solucionar problemas relacionados à manutenção da qualidade da água, alinhando-se aos princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021. A ausência desses serviços comprometeria a segurança e o bem-estar da coletividade, bem como poderia ocasionar passivos administrativos e sanitários ao ente público.

- 2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (ano) conforme detalhamento a seguir:

<b>Id pca PNCP</b>	<b>Id Item PCA</b>	<b>Classe / Grupo</b>
46177531000155-0-000006/2026	4	116 - Serviço de Manutenção Predial

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução semestral dos serviços de limpeza e higienização dos reservatórios/caixas d'água, com emissão de certificado técnico de conformidade, visando garantir a qualidade da água e a segurança sanitária.

A empresa deverá entrar em contato com os responsáveis de cada secretaria para realizar o agendamento da execução dos serviços nos locais relacionados. Ficará sob responsabilidade da empresa: fechamento dos registros em data anterior à execução dos serviços, evitando desperdício de água; esgotamento total das caixas d'água e reservatórios; desinfecção utilizando produtos que atendam às exigências do Ministério da Saúde; destelhamento ou remoção de obstáculos que dificultem o acesso às caixas d'água; reposição de materiais em caso de avaria, evitando que o local fique descoberto e cause prejuízo à secretaria.





#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Critérios de sustentabilidade**

- 4.1.1. A empresa contratada deverá adotar técnicas e procedimentos que minimizem o desperdício de água durante as etapas de esvaziamento, limpeza e enxágue dos reservatórios, conforme as diretrizes da ABNT NBR 10156.
- 4.1.2. Deverão ser utilizados, preferencialmente, produtos de limpeza e desinfecção que sejam biodegradáveis, de baixo impacto ambiental e que possuam registro ativo na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para uso em contato com água potável. O uso de hipoclorito de sódio ou produtos à base de cloro deverá seguir rigorosamente as concentrações e tempos de contato estabelecidos nas normas técnicas e na Portaria GM/MS nº 888/2021, garantindo a potabilidade da água após o serviço.
- 4.1.3. A contratada será responsável pelo correto gerenciamento dos resíduos gerados, incluindo o descarte da água de limpeza (efluente) em conformidade com a Resolução CONAMA nº 430/2011 e a legislação municipal pertinente. As embalagens dos produtos químicos deverão ser submetidas à logística reversa ou descartadas de forma ambientalmente adequada.
- 4.1.4. A execução do serviço deverá ser realizada com o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados e por profissionais treinados, minimizando riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

##### **4.2. Da exigência da amostra**

- 4.2.1. Não será exigida a apresentação de amostras.

##### **4.3. Subcontratação**

- 4.3.1. Não será admitida a subcontratação.

##### **4.4. Garantia da contratação**

- 4.4.1. Não haverá garantia da contratação.





**4.5.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas mediante agendamento prévio, com os seguintes contatos: (13) 3496-1963/3496-5924 e pelos e-mails: [seaddivisaoadm@praiagrande.sp.gov.br](mailto:seaddivisaoadm@praiagrande.sp.gov.br) e [seaddivisaoadm4@praiagrande.sp.gov.br](mailto:seaddivisaoadm4@praiagrande.sp.gov.br)

**4.6.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**4.7. Da contratação**

4.7.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

4.7.2. A empresa vencedora, após a homologação, será convocada para assinar o respectivo contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços com a Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da convocação.

4.7.3. Constitui condição para a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços :

4.7.3.1. Somente no caso de empresa em situação de recuperação judicial: apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial da Contratada, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a credenciada está cumprindo o plano de recuperação judicial;

4.7.3.2. Somente no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial: apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 4.7.4. O Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser assinado por representante legal, procurador, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato Social e cédula de identidade.
- 4.7.5. O Prazo para assinatura do Contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ser prorrogado uma vez, e dentro de 05 (cinco) dias corridos, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 4.7.6. No ato da assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, a Contratada se obriga a assinar o Termo de Ciência e Notificação, que estará sujeito a remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, caso seja selecionado.
- 4.7.7. A Minuta do Contrato/Ata de Registro de Preços a ser firmado entre a Administração e a licitante vencedora, constitui parte integrante do Edital, sendo que nela encontram-se definidas e especificadas todas as regras e condições da contratação, inclusive, regras de medição, condições de pagamento dos serviços executados, critérios de reajuste, penalidades contratuais e condições de recebimento.

### **4.8. Da rescisão**

- 4.8.1. O não cumprimento das obrigações assumidas autorizam o CONTRATANTE a rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável o disposto nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.8.2. O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços poderá ainda ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1. Prazo de execução**

- 5.1.1. Os serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios e caixas d'água deverão ser executados em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, emitida pela Administração.





A execução ocorrerá de forma parcelada, conforme cronograma definido pela Administração, considerando a periodicidade mínima semestral, ou sempre que houver necessidade técnica devidamente justificada.

- 5.1.2.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, produtos e utensílios necessários, em conformidade com as normas sanitárias e de segurança aplicáveis, responsabilizando-se por sua substituição sempre que necessário.

**5.2. Local de prestação dos serviços**

- 5.2.1.** Os serviços serão prestados nos reservatórios e caixas d'água localizados nos prédios públicos pertencentes ou utilizados pela Administração Municipal, conforme endereços a serem informados previamente em cada Ordem de Serviço.
- 5.2.2.** A execução dos serviços deverá ocorrer de modo a não comprometer o funcionamento das unidades, podendo, quando necessário, ser realizada fora do horário regular de expediente, mediante prévio alinhamento com a Administração.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1.** O contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3.** O contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no respectivo instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.4.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





- 6.5.** O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.6.** Após a assinatura do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, o órgão ou entidade **poderá** convocar o preposto da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.7.** A execução do contrato/ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art.117 caput)
- 6.7.1.** O fiscal técnico será responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços e apoio operacional que se fizer necessário a cada visita;
- 6.7.2.** O fiscal administrativo será responsável por receber e validar as documentações relativas ao contrato, como: relatórios, notas fiscais e demais documentos, e também a condução dos trâmites de pagamento;
- 6.7.3.** O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento dos serviços executados pelo fiscal técnico e administrativo, autorizar a remessa de notas fiscais para pagamento, gerir os prazos estabelecidos contratualmente para questão da execução como um todo.
- 6.8. Sanções e infrações administrativas:**
- 6.8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 6.8.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;
- 6.8.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 6.8.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 6.8.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 6.8.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços
- 6.8.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços;
- 6.8.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.8.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 6.8.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 6.8.2.1. Advertência,** quando o CONTRATADO/DETENTORA der causa à inexecução parcial do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 6.8.2.2. Impedimento de licitar e contratar,** quando praticadas as condutas descritas nos subitens “6.8.1.2 a 6.8.1.4.”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 6.8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar,** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “6.8.1.5 a 6.8.1.8.”, bem como nas alíneas “6.8.1.2. a 6.8.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 6.8.2.4. Multa:**
- 6.8.2.4.1.** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 6.8.2.4.2.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.8.2.4.3.** Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, no caso de inexecução total do objeto;

**6.8.2.4.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

**6.8.2.4.4.1.** Consideram-se hipóteses de inexecução parcial que justificam a aplicação proporcional da penalidade: a) execução incompleta dos serviços contratados, como a limpeza realizada apenas em parte dos reservatórios previstos; b) realização do serviço em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, sem comprometer totalmente sua finalidade; c) atraso parcial na execução dos serviços, desde que não inviabilize o atendimento da demanda; d) falhas pontuais na desinfecção, identificadas pela fiscalização, passíveis de correção sem necessidade de refazimento integral do serviço; e) não apresentação imediata de relatórios, certificados ou registros da execução, quando exigidos, desde que posteriormente regularizados. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MUNICÍPIO (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.8.3.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

**6.8.3.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

**6.8.3.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MUNICÍPIO o CONTRATADO/DETENTOR,





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021)

- 6.8.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 6.8.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 6.8.5. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021)
- 6.8.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 6.8.5.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 6.8.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 6.8.5.4. Os danos que dela provierem para o MUNICÍPIO;
- 6.8.5.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.8.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 6.8.7. A personalidade jurídica do CONTRATADO/DETENTOR poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito,





com o CONTRATADO/DETENTOR, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.8.8. MUNICÍPIO deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

6.8.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto**

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará relatório técnico de execução dos serviços, validado pelo fiscal do contrato, como base para fins de medição, ateste e pagamento.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Do recebimento**

**7.2.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, I, "a" da Lei 14.133/21)





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 7.2.1. O prazo acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
- 7.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato/ata de registro de preços mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.3.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.3.1. O Contratado/Detentora fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.3.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.3.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.3.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.4.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais





documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo .

- 7.5.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- 7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado/ata de registro de preços, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.





- 7.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, outro instrumento hábil/termo de ata de registro de preços.

**7.9. Prazo de pagamento**

- 7.9.1. O faturamento mensal deverá ser realizado até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.
- 7.9.2. Deverão ser emitidas notas fiscais individualizadas por Secretaria.
- 7.9.3. As documentações relativas ao pagamento deverão ser apresentadas de forma digital, preferencialmente, sendo:
- 7.9.3.1. Relatório Técnico de Serviços em formato digital;
- 7.9.3.2. Caso Optante pelo Simples Nacional, apresentação da declaração constante no Anexo II do Decreto Municipal nº 7879;
- 7.9.3.3. Primeira via da Nota Fiscal ou Fatura.
- 7.9.4. O prazo para pagamento é de 30 dias, a contar do recebimento definitivo dos serviços.
- 7.9.5. O pagamento será efetuado por transferência bancária em conta indicada pela Contratada.
- 7.9.6. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à contratada, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA – IBGE vigente à época ou outra que legalmente o substitua ou represente, calculado pro rata die.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

**8.2. Regime de execução**





- 8.2.1. O regime de execução será o de **empreitada por preço unitário**, pois o objeto consiste em serviço comum de manutenção predial com quantitativos estimados e execução parcelada sob demanda, permitindo pagamento rigorosamente proporcional às unidades efetivamente realizadas e atestadas, conferindo economicidade, flexibilidade operacional e segurança jurídica à contratação.

### **8.3. Exigências de habilitação**

- 8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **8.3.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 8.3.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.3.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.3.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/ptbr/empreendedor>;
- 8.3.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 8.3.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.3.1.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **8.3.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- 8.3.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.3.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.3.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.3.1.2.4. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.3.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





## **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

- 8.3.1.2.6. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.3.1.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.3.1.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei
- 8.3.1.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.3.1.2.10. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas, que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

### **8.3.1.3. Qualificação econômico-financeira**

- 8.3.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### **8.3.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 8.3.1.4.1. Atestado ou certidão, em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para a execução de serviços de mesma natureza ao objeto da licitação, admitindo-se o somatório de atestados e sem exigência de quantitativos mínimos, prazos ou parcelas de maior relevância.
- 8.3.1.4.2. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) preferencialmente em formato digital, ou fisicamente em papel timbrado, original ou cópia autenticada, assinado(s) pela autoridade ou





## MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

representante legal da pessoa jurídica expedidora, com a respectiva identificação.

### 8.4. Da participação de consórcios

- 8.4.1. Não será admitida participação de consórcios. Em contratações que não sejam de grande vulto ou de alta complexidade técnica, a participação de consórcios tende - na prática - a diminuir a competitividade na medida em que empresas que poderiam participar isoladamente na licitação, passam a associar-se em consórcio a fim de obter proveito econômico em detrimento da redução da disputa.

### 8.5. Da participação de cooperativas

- 8.5.1. A participação de cooperativas no presente certame é vedada, tendo em vista que o objeto – serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios e caixas d'água – exige, por sua natureza operacional, a subordinação jurídica, a habitualidade e a pessoalidade na prestação dos serviços, elementos incompatíveis com o regime cooperativo genuíno e cuja adoção configuraria mera intermediação de mão de obra, garantindo assim, a efetiva observância dos princípios da isonomia, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa.

### 8.6. Forma de adjudicação:

- 8.6.1. A adjudicação será por item

### 8.7. Critério de julgamento das propostas:

- 8.7.1. O critério de julgamento será o de Menor Preço.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme exposto no item 1 do presente Termo de Referência, a estimativa de preço da contratação corresponde à importância de R\$2.014.901,72 (dois milhões, quatorze mil novecentos e um reais e setenta e dois centavos) . O valor foi composto por orçamentos de referência colacionados nos autos do processo administrativo correspondente, conforme detalhamento a seguir.

ELEMENTO COMPARATIVO	QUANTIDADE DE LIMPEZAS ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL	VALOR TOTAL PARA 24 MESES
----------------------	------------------------------	----------------	-------------------	---------------------------



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo

SEAD - Secretaria de Administração

ORÇAMENTO EMPRESA A	1742	R\$ 550,00	R\$ 958.100,00	R\$ 1.916.200,00
ORÇAMENTO EMPRESA B	1742	R\$ 500,00	R\$ 871.000,00	R\$ 1.742.000,00
ORÇAMENTO EMPRESA C	1742	R\$ 685,00	R\$ 1.193.270,00	R\$ 2.386.540,00
<b>MÉDIA</b>		R\$ 578,33	R\$ 1.007.450,86	R\$ 2.014.901,72

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA****10.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão às contas de recursos a seguir:

SECRETARIA	ÓRGÃO/ELEMENTO	FONTE
SEASP	04.02.00/06.181.8003.2367/3.3.90.39.16	01
SEAD	05.02.00/04.122.7004.2103/3.3.90.39.78	01
SEAS	08.02.00/08.122.4001.2468/3.3.90.39.16	01
SEDUC	09.27.00/12.361.2003.2408/3.3.90.39.16	01
SEDUC	09.27.00/12.365.2003.2409/3.3.90.39.16	01
	09.27.00/12.365.2003.2407/3.3.90.39.16	01
	09.27.00/12.367.2003.2406/3.3.90.39.16	01
	09.27.00/12.361.2003.2444/3.3.90.39.16	01
SESAP	10.07.00/10.122.1001.2377/3.3.90.39.78	01
SESURB	15.02.00/15.452.5005-2086/3.3.90.39.99	01
SETRAN	16.02.00/15.452.8001.2439/3.3.90.39.78	01
SECTUR	19.02.00/13.122.3003.2024/3.3.90.39.16	01
SEEL	20.02.00/27.812.3001.2405/3.3.90.39.16	01

AMAURI DA SILVA SANTOS

**Diretor do Departamento da Administração**



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEAD - Secretaria de Administração

**1º APÊNDICE DO ANEXO I – CONDIÇÕES GERAIS**

AMPLA CONCORRÊNCIA							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE FORNECI-MENTO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	CÓDIGO CATMAT/ CATSERV	QTD.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
01	LIMPEZA DE DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAIXA D'ÁGUA	UNID.	Ampla concorrência	13595	3.484	R\$ 578.33	R\$ 2.014.901,72
VALOR TOTAL							<b>R\$ 2.014.901,72</b>





## **2º APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **Departamento de Administração/Divisão Administrativa**

### **LICITAÇÃO PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E**

#### **CAIXAS D'ÁGUA**

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO 3.579/2025-D**

#### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1 - NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO**

A contratação dos serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios e caixas d'água visa atender à necessidade contínua de assegurar a qualidade da água distribuída e armazenada nas dependências das instalações públicas. Este serviço é indispensável para a prevenção de doenças de veiculação hídrica e para a proteção da saúde dos usuários das unidades administrativas, educacionais e de saúde mantidas pela administração pública.

A legislação sanitária vigente e as boas práticas recomendadas pelas autoridades competentes determinam a periodicidade desses serviços, de forma a garantir a potabilidade da água e a segurança no consumo humano. Além disso, o serviço reflete diretamente na preservação da infraestrutura, prevenindo danos estruturais aos reservatórios ocasionados por acúmulo de resíduos ou contaminações.

A contratação é fundamentada no interesse público e busca solucionar problemas relacionados à manutenção da qualidade da água, alinhando-se aos princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021. A ausência desses serviços comprometeria a segurança e o bem-estar da coletividade, bem como poderia ocasionar passivos administrativos e sanitários ao ente público.

### **2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

<b>Id pca PNCP</b>	<b>Id Item PCA</b>	<b>Classe / Grupo</b>
--------------------	--------------------	-----------------------





46177531000155-0-000006/2026	4	116 - Serviço de Manutenção Predial

### 3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O serviço contratado deverá ser executado de forma continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, garantindo a realização semestrais de 2 (duas) limpezas por equipamento ao ano. É imprescindível a emissão de certificado de execução, contendo a identificação do responsável técnico devidamente habilitado. Os produtos utilizados no serviço devem atender rigorosamente às normas vigentes de potabilidade da água. Adicionalmente, todas as atividades deverão observar e cumprir os padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos pela vigilância sanitária, assegurando a integridade e segurança dos usuários.

### 4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Considerando a necessidade de manutenção adequada da qualidade da água, a estimativa contempla o total de 871 reservatórios/caixas d'água. Cada unidade passará por duas limpezas anuais, realizadas com periodicidade semestral, conforme orientações do Ministério da Saúde. Assim, o quantitativo totaliza 1.742 serviços de higienização por ano, e 3.484 ao longo dos 24 meses, garantindo a regularidade e eficiência no processo de conservação e segurança hídrica dos prédios públicos. Maiores detalhes no apêndice.

### 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para atender às necessidades identificadas, foram avaliadas duas possíveis soluções:

#### **Solução 1 – Formação de profissional técnico e aquisição de materiais**

Esta alternativa prevê a capacitação de servidores municipais para execução direta dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios, bem como a compra contínua dos materiais e insumos necessários. Apesar de viável, esta opção apresenta limitações relevantes, tais como o tempo demandado para capacitação, a logística de aquisição e armazenamento de insumos específicos e a necessidade de garantir a responsabilidade técnica diretamente junto aos órgãos reguladores competentes.

#### **Solução 2 – Contratação de empresa especializada**

Esta alternativa consiste na contratação de empresa já devidamente habilitada e com equipe técnica capacitada, responsável pela execução integral dos serviços, incluindo mão de obra, equipamentos e materiais necessários. Tal solução oferece vantagens claras, especialmente no que tange à segurança





operacional, agilidade na execução, conformidade plena com a legislação sanitária vigente e o cumprimento de padrões técnicos e de qualidade exigidos pelos órgãos fiscalizadores.

Diante desses aspectos, conclui-se que a Solução 2 representa a opção mais eficiente e adequada para a Administração, assegurando maior confiabilidade, economia de tempo e cumprimento normativo.

## 6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Com base em pesquisa de preços realizada junto ao mercado e no portal Compras.gov.br, o valor estimado da contratação foi definido em R\$2.014.901,72 (dois milhões, quatorze mil novecentos e um reais e setenta e dois centavos), conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar e a ser detalhado no Termo de Referência.

<b>ELEMENTO COMPARATI VO</b>	<b>QUANTIDAD E DE LIMPEZAS ANUAL</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL ANUAL</b>	<b>VALOR TOTAL PARA 24 MESES</b>
ORÇAMENTO EMPRESA A	1742	R\$ 550,00	R\$ 958.100,00	R\$ 1.916.200,00
ORÇAMENTO EMPRESA B	1742	R\$ 500,00	R\$ 871.000,00	R\$ 1.742.000,00
ORÇAMENTO EMPRESA C	1742	R\$ 685,00	R\$ 1.193.270,00	R\$ 2.386.540,00
<b>MÉDIA</b>		R\$ 578,33	R\$ 1.007.450,86	R\$ 2.014.901,72

## 7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução semestral dos serviços de limpeza e higienização dos reservatórios/caixas d'água, com emissão de certificado técnico de conformidade, visando garantir a qualidade da água e a segurança sanitária.

A empresa deverá entrar em contato com os responsáveis de cada secretaria para realizar o agendamento da execução dos serviços nos locais relacionados. Ficará sob responsabilidade da empresa: fechamento dos registros em data anterior à execução dos serviços, evitando desperdício de





água; esgotamento total das caixas d'água e reservatórios; desinfecção utilizando produtos que atendam às exigências do Ministério da Saúde; destelhamento ou remoção de obstáculos que dificultem o acesso às caixas d'água; reposição de materiais em caso de avaria, evitando que o local fique descoberto e cause prejuízo à secretaria.

## **8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

O objeto da contratação consiste em serviços homogêneos e padronizados de limpeza e desinfecção de reservatórios e caixas d'água, de natureza técnica similar e executados sob os mesmos requisitos de qualidade e segurança sanitária.

A divisão em itens ou lotes não proporcionaria ganhos de escala nem maior economicidade, podendo inclusive dificultar a gestão e fiscalização contratual.

Dessa forma, a licitação será realizada em lote único, assegurando padronização dos serviços, obtendo melhor aproveitamento dos recursos públicos e eficiência na execução contratual.

## **9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Os resultados esperados com a execução deste serviço incluem a garantia da qualidade da água consumida nos prédios públicos, assegurando que os padrões de potabilidade sejam rigorosamente atendidos. Isso contribuirá diretamente para a redução dos riscos à saúde, prevenindo contaminações e promovendo o bem-estar dos usuários. Além disso, o cumprimento integral das normas estabelecidas pela vigilância sanitária reforçará a segurança dos ambientes públicos, proporcionando maior tranquilidade a servidores, alunos e demais cidadãos que utilizam os serviços públicos.

## **10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não visualizamos serem necessárias providências prévias ao contrato referentes à possível adequação de infraestrutura física ou tecnológica, de espaço físico ou de logística.

Entendemos também não haver necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, uma vez que se tratam de serviços comuns de engenharia, sem complexidade técnica atrelada aos mesmos.

## **11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Não há contratações correlatas e/ ou interdependentes ao referido objeto.





## **12 – IMPACTOS AMBIENTAIS**

A contratação apresenta baixo impacto ambiental, considerando a natureza do serviço e o uso de produtos regulamentados.

Medidas mitigadoras e exigências ambientais:

- Produtos de higienização devem atender às normas ambientais e de saúde, incluindo biodegradabilidade sempre que possível;
- Descarte adequado de resíduos líquidos e sólidos, seguindo normas de vigilância sanitária e legislação ambiental vigente;
- Utilização racional de água, evitando desperdício durante o esgotamento e higienização dos reservatórios;
- Observância de práticas sustentáveis na execução do serviço, garantindo que não haja contaminação ambiental ou prejuízo a terceiros.

Dessa forma, a contratação atende aos requisitos de sustentabilidade, baixo consumo de recursos e logística ambientalmente adequada, assegurando conformidade legal e proteção ambiental.

## **13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita se mostra tecnicamente, economicamente e ambientalmente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, DECLARO SER VIÁVEL a contratação pretendida.

**AMAURO DA SILVA SANTOS**

**Diretor do Departamento da Administração**





**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**  
**MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.9 DO EDITAL**  
(em papel timbrado da licitante)

(nome da empresa) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante da empresa legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, DECLARA que:

1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de servidores ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

(Local e data).

\_\_\_\_\_

(Nome/assinatura do representante legal)

(Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante)

**(ESTA DECLARAÇÃO SERÁ SOLICITADA PELO PREGOEIRO ATRAVÉS DO SISTEMA VIA CHAT)**



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEAD - Secretaria de Administração

**ANEXO III – PLANILHA PROPOSTA**

**RAZÃO SOCIAL:**  
**ENDEREÇO COMPLETO:**  
**ENDEREÇO ELETRÔNICO:**  
**TELEFONE:**

**AMPLA CONCORRÊNCIA**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE FORNECI-MENTO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	CÓDIGO CATMAT/CATSERV	QTD.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
01	LIMPEZA DE DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAIXA D'ÁGUA	UNID.	Ampla concorrência	13595	3.484	R\$	R\$
VALOR TOTAL							R\$

- Havendo divergência entre a descrição do objeto, especificações técnicas, unidade de medida e outras informações existente neste Edital e a constante no código CATMAT/CATSERV, deve prevalecer o estabelecido no Edital e seus Anexos.
- O prazo de validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da sua apresentação, ficando suspenso em caso de recurso administrativo ou judicial.

\_\_\_\_\_ aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante e Carimbo da Empresa



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Estado de São Paulo  
SEAD - Secretaria de Administração**ANEXO IV - RELAÇÃO DE ENDEREÇOS**

SEASP						
UNIDADE	ENDEREÇO	QTD. SUPERIOR	CAP. SUPERIOR	QTD. INFERIOR	CAP. INFERIOR	TOTAL DE CAIXAS
BASE GCM I	Av. Ministro Marcos Freire, 6660 - Quietude	4	1.000	1	30.000	5
BASE AMBIENTAL (CANIL)	Rua Paulo Sérgio Garcia, 423 - Sítio do Campo	2	1.000	1	10.000	3
BASE GCM II (ROMU)	Rua Guimarães Rosa, 1069 - Oclan	3	500	-	-	3
BASE GCM III	Av. Presidente Kennedy, 19602 - Jardim Solemar	1	2.000	-	-	1
TOTAL						12

SEAD						
UNIDADE	ENDEREÇO	QTD. SUPERIOR	CAP. SUPERIOR	QTD. INFERIOR	CAP. INFERIOR	TOTAL DE CAIXAS
PAÇO MUNICIPAL	Avenida Presidente Kennedy, 9000 - Vila Mirim	6	20000-40000	2	45.000	8
ANEXOS INFORMÁTICA/MOTORISTAS/GUARITA/LITORAL	Avenida Presidente Kennedy, 9000 - Vila Mirim	3	1.000	-	-	3
MEDICINA DO TRABALHO / SEURB	Avenida Presidente Kennedy, 9000 - Vila Mirim	7	1.000	-	-	7
REFEITÓRIO MUNICIPAL	Rua José Borges Neto, s/nº - Vila Mirim	2	1.500	-	-	2
GRÁFICA MUNICIPAL	Rua Copacabana, 530 - Jd. Guilhermina	1	1.000	-	-	1
CARTÓRIO DA 406ª ZONA ELEITORAL	Av. Dr. Vicente de Carvalho, 220 - Odan	2	500	-	-	2
TOTAL						23

SEAS						
UNIDADE	ENDEREÇO	QTD. SUPERIOR	CAP. SUPERIOR	QTD. INFERIOR	CAP. INFERIOR	TOTAL DE CAIXAS
ABRIGO SOLIDÁRIO	Av. Ministro Marcos Freire, 6650 - Quietude	2	1.000	-	-	2
C A F E SERGIO MAINENTE	Av. Ana Pereira de França, 295 - Esmeralda	3	1.500	1	10.000	4
C A F E VILA SÔNIA	Rua João Andrade de Jesus, 450 - Vila Sônia	4	1.000	1	12.000	5
CASA DE ESTAR	Rua Maria Martins Baptista, 456 - Vila Sônia	2	1.000	-	-	2
CENTRO MUNICIPAL SÓCIO-TERAPÊUTICO	Rua João Andrade de Jesus, 60 - Vila Sônia	4	1.000	1	12.000	5
CENTRO POP QUIETUDE	Av. Ministro Marcos Freire, 6656 - Quietude	1	1.000	-	-	1
CONSELHO TUTELAR NORTE	Rua Dair Borges, 463 - Boqueirão	1	2.000	-	-	1
CONSELHO TUTELAR SUL	Av. Professora Heleny Rosa, 114 - Melvi	1	500	-	-	1
CONVIVER BOQUEIRÃO	Av. Presidente Castelo Branco, 1401 - Boqueirão	-	-	2	40.000	2
CONVIVER CAIÇARA	Rua São Domingos, 1435 - Caiçara	2	1.000	1	5.000	3
CONVIVER GUILHERMINA	Rua Audália Pereira Gomes, 245 - Guilhermina	2	1.000	1	30.000	3
CONVIVER OCIAN	Av. Presidente Castelo Branco, 7715 - Oclan	3	1.000	-	-	3
CONVIVER SAMAMBAIA	Rua Itiberê da Cunha, 230 - Samambaia	1	1.000	-	-	1
CONVIVER SÃO JORGE	Av. João Batista de Siqueira, 130 - Vila Antártica	3	1.000	-	-	3
CONVIVER SOLEMAR	Av. Presidente Kennedy, 20061 - Solemar	2	1.000	1	10.000	3
CONVIVER TUPI	Rua Xavantes, 51 - Tupi	2	1.000	2	10.000	4
CRAS ESMERALDA	Av. Ana Pereira de França, 295 - Esmeralda	-	-	-	-	0
CRAS FORTE	Rua Xixová, 1130 - Forte	1	1.000	-	-	1
CRAS MELVI	Rua Marcelino de Oliveira, 44 - Melvi	1	1.000	-	-	1
CRAS NOVA MIRIM	Av. Paulo Lucânia, esquina com a Av. da Integração, 741 - Nova Mirim	2	1.000	1	5.000	3
CRAS QUIETUDE	Av. Ministro Marcos Freire, 6650 - Quietude	1	1.000	-	-	1
CRAS VILA SÔNIA	Rua João Andrade de Jesus, 450 - Vila Sônia	-	-	-	-	0
CREAS	Rua Emancipador Paulo Fefin, 701 - Boqueirão	1	1.000	-	-	1
FAMÍLIA ACOLHEDORA	Rua José Carlos de Oliveira, 130 - Boqueirão	1	1.000	-	-	1
ANEXO CREAS IASFA I (BOQUEIRÃO)	Rua Emancipador Paulo Fefin, 701 - Boqueirão	1	1.000	-	-	1
IASFA II (SÃO JORGE)	Av. João Batista de Siqueira, 113 - Vila São Jorge	3	1.000	-	-	3
IASFA III (AVIAÇÃO)	Rua Thomé de Souza, 1313 - Aviação	-	-	1	10.000	1
IASFA IV (RIBEIRÓPOLIS)	Av. Agostinho Ferreira, 211 - Japurá	3	1.000	-	-	3
IASFA V (SÍTIO DO CAMPO)	Rua Fabiana de Faria Andrade da Cruz, 36 - Sítio do Campo	3	1.000	-	-	3
LAR SÃO FRANCISCO	Rua Joanna Imparato de Souza Ferreira, 151 - Mirim	16	1.000	1	30.000	17
PIC MELVI	Rua Heleny Rosa, 114 - Melvi	2	1.000	1	8.000	3
PIC QUIETUDE	Rua Milton Daniels, 425 - Quietude	2	1.000	-	-	2
PIC REAL	Av. Presidente Kennedy, 17483 - Jd. Real	6	500	-	-	6
PIC SÍTIO DO CAMPO	Rua José Bonifácio, 440 - Sítio do Campo	2	1.000	-	-	2
PIC VILA ALICE	Rua Renata Agondi, 50 - Anhanguera	-	-	1	15.000	1



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Estado de São Paulo  
SEAD - Secretaria de Administração

RESIDÊNCIA INCLUSIVA	Rua Thomé de Souza, 1313 - Aviação	2	1.000	-	-	2
SEAS (SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)	Rua Emancipador Paulo Fefin, 775 - Boqueirão	9	500	1	12.000	10
<b>TOTAL</b>						<b>105</b>

SEDUC						
UNIDADE	ENDEREÇO	QTD. SUPERIOR	CAP. SUPERIOR	QTD. INFERIOR	CAP. INFERIOR	TOTAL DE CAIXAS
SEDUC - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Rua José Borges Neto, 50 - Mirim	2	4.000	2	72.000	4
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Rua Paulo Sérgio Garcia, 611 - Sítio do Campo	2	2.000	2	18.000	4
E.M. 19 DE JANEIRO	Av. Flávio Monteiro de Castro, 500 - Japurá	3	60.000	1	17.000	4
E.M. ALBERT EINSTEIN	Av. Lasar Segall, 100 - Samambaia	2	86.000	2	44.000	4
E.M. ANAHY NAVARRO TROVÃO	Rua Limeira, 69 - Boqueirão	1	9.000	1	9.000	2
E.M. ANTONIO PERES FERREIRA	Rua João Roberto Corrêa, 1077 - Maxland	2	20.000	2	42.000	4
E.M. ANTONIO RUBENS COSTA DE LARA	Rua Ana Pereira de França, 249 - Esmeralda	6	9.000	2	24.000	8
E.M. ARQUITETO OSCAR NIEMEYER	Rua Odair Penellas Baeta, 231 - Princesa	8	32.000	7	75.000	15
E.M. ARY CABRAL	Rua Ruy Manoel Sampaio Seabra Pereira, 546 - Quietude	1	34.000	1	9.000	2
E.M. CARLOS EDUARDO CONTE DE CASTRO	Rua Ildelfonso Galeano, 126 - Tupiry	2	2.000	1	11.000	3
E.M. CARLOS ROBERTO DIAS	Rua Duque de Caxias, 999 - Boqueirão	4	80.000	2	54.000	6
E.M. CIDADE DA CRIANÇA	Rua Adriano Dias dos Santos, 200 - Cidade das Crianças	4	76.000	2	18.000	6
E.M. CIRCE SANCHEZ TOSCHI	Rua Mém de Sá, 1 - Aviação	2	54.000	1	42.000	3
E.M. DOMINGOS SOARES DE OLIVEIRA	Av. Dr. Esmeraldo Soares Targuinio de Campos Filho, 501 - Ribelópolis	2	38.000	1	19.000	3
E.M. DORIVALDO FRANCISCO LORIA	Rua Maria Luiza Lavallo, 150 - Sítio do Campo	7	30.000	1	40.000	8
E.M. DR. ROBERTO SHOJI	Rua Ildelfonso Galeano, 100 - Tupiry	2	25.000	2	14.000	4
E.M. DR. WILSON GUEDES	Rua Cort. Manoel Rodrigues Procópio do Vale, 195 - Samambaia	2	54.000	1	25.000	3
E.M. DRª ANA MARIA B. B. FERNANDES	Av. Presidente Kennedy, 17100 - Jd. Real	2	22.000	1	27.000	3
E.M. EDUARDO GONSALVES DO BARREIRO	Av. Milena Perutich, s/nº - Jd. Melvi	3	59.000	1	13.000	4
E.M. ENGENHEIRO SÉRGIO DIAS DE FREITAS	Rua Turmalina, 25 - Cidade das Crianças	1	3.000	1	4.000	2
E.M. ESTADO DO AMAZONAS	Av. Maria Cavalcante da Silva, 431 - Samambaia	9	14.000	5	40.000	14
E.M. ESTINA CAMPI BAPTISTA	Rua Xixová, 1100 - Canto do Forte	2	22.000	1	47.000	3
E.M. FAUSTO DOS SANTOS AMARAL	Rua Marcílio Dias, 250 - Canto do Forte	2	44.000	1	7.200	3
E.M. FLORIVALDO BORGES DE QUEIROZ	Rua Monteiro Lobato, 721 - Cidade Ocian	4	21.000	1	15.000	5
E.M. FUED TEMER	Rua Leme, 27 - Guilhermina	2	58.000	1	60.000	3
E.M. GOVERNADOR FRANCO MONTORO	Rua Paulino Borrelli, 1000 - Maracanã	2	74.000	1	15.000	3
E.M. GOVERNADOR MÁRIO COVAS	Av. Júlio Prestes de Albuquerque, 1000 - Nova Mirim	2	28.000	2	42.000	4
E.M. GOVERNADOR ORESTES QUÉRCIA	Rua 1º de Janeiro, 1221 - Nova Mirim	2	86.000	1	71.000	3
E.M. GREGORIO FRANÇA DE SIQUEIRA	Av. Vitor Meirelles, 1950 - Samambaia	2	54.000	2	94.000	4
E.M. HILDA DE CARVALHO GUEDES	Rua das Rosedás, s/nº - Samambaia	1	15.000	2	12.000	3
E.M. ÍCARO BATISTA CARDOSO	Rua Pernambuco, 865 - Boqueirão	4	10.000	1	30.000	5
E.M. IDALINA DA CONCEIÇÃO PEREIRA	Rua João Roberto Corrêa, 1171 - Vila Sônia	2	20.000	2	56.000	4
E.M. IDÍLIO PERTICARATTI	Rua Luzia Borba Ranciaro, 246 - Antártica	9	9.000	2	35.000	11
E.M. JOÃO BATISTA RESINE ALVES	Rua Paulo Setúbal, 80 - Baln. Esmeralda	1	15.000	2	18.000	3
E.M. JOÃO GONÇALVES	Rua Frei Henrique Coimbra, 2 - Aviação	2	156.000	2	58.000	4
E.M. JOAQUIM AUGUSTO FERREIRA MOURÃO	Av. Brg. Eduardo Gomes, 1000 - Jd. Melvi	2	82.000	1	25.000	3
E.M. JOSÉ CREGO PAINEIRA	Av. Presidente Kennedy, 13499 - Vila Caiçara	6	10.000	1	13.000	7
E.M. JOSÉ JÚLIO MARTINS BAPTISTA	Rua Comendador Luiz Caiáffa, 98 - Sítio do Campo	4	11.000	1	10.000	5
E.M. JOSÉ PADIN MOUTA	Rua Bororós, 150 - Vila Tupi	2	24.000	1	18.000	3
E.M. JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS CUNHA	Av. Guaramar, 331 - Jd. Glória	4	40.000	1	10.000	5
E.M. JULIANA ARIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	Rua Ildelfonso Galeano, 150 - Tupiry	11	21.000	1	18.000	12
E.M. LAYDE RODRIGUES REIS LORIA	Rua Gáspar de Lemos, 100 - Aviação	2	18.000	1	25.000	3
E.M. LEOPOLDO ESTÁSIO VANDERLINDE	Av. Júlio Prestes de Albuquerque, 887 - Nova Mirim	4	6.000	1	34.000	5
E.M. LIONS CLUBE OCIAN	Rua Teófila Vanderlinde, 933 - Ocian	2	29.000	2	7.000	4
E.M. LUZIA BORBA RANCIARO	Rua Engenheiro Antônio Lotufo, 839 - Sítio do Campo	4	4.000	2	32.000	6
E.M. MAESTRO LUIS ARRUDA PAES	Rua Quartzo, 921 - Nova Mirim	2	110.000	2	24.000	4
E.M. MAHATMA GANDHI	Av. Dr. Antônio Sylvio Cunha Bueno, s/nº - Jd. Melvi	2	54.000	2	36.000	4
E.M. MANOEL NASCIMENTO JUNIOR	Rua Cornélio Procópio, 191 - Boqueirão	3	27.000	2	12.000	5
E.M. MARIA DOS REMÉDIOS CARMONA MILAN	Rua Manoel Gonzalez Corújo, 257 - Jd. Melvi	2	100.000	2	28.000	4
E.M. MÁRIO POSSANI	Rua Dr. Samuel Augusto Leão de Moura, 451 - Vila Caiçara	3	9.000	2	23.000	5
E.M. NATALE DE LUCCA	Rua Ruy Manoel Sampaio Seabra Pereira, 476 - Quietude	6	14.000	1	11.000	7
E.M. NEWTON DE ALMEIDA CASTRO	Rua Antônio Cândido da Silva, 450 - Vila Sônia	10	10.000	-	-	10



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Estado de São Paulo  
SEAD - Secretaria de Administração

E.M. NICOLAU PAAL	Rua Alfredo Descragnole Taunai, 41 - Ribeirópolis	2	100.000	1	27.000	3
E.M. OPHÉLIA CACCETARI DOS REIS	Rua Joséfa Alves de Siqueira, 552 - Anhanguera	7	13.000	2	23.000	9
E.M. OSWALDO JUSTO	Rua 1º de Janeiro, 987 - Nova Mirim	2	2.000	1	38.000	3
E.M. PABLO TREVISAN PERUTICH	Rua Alfred Niederbichler, 243 - Anhanguera	2	10.000	1	40.000	3
E.M. PAULO DE SOUZA SANDOVAL	Rua Hugo de Carvalho Ramos, 91 - Esmeralda	3	64.000	2	68.000	5
E.M. PAULO SHIGUEO YAMAUTI	Rua Oscar Menezes Barbosa, 151 - Anhanguera	6	20.000	1	12.000	7
E.M. PROF.ª ELZA OLIVEIRA DE CARVALHO	Rua Reinaldo dos Santos, 1039 - Jd. Glória	6	8.500	1	20.000	7
E.M. PROF.ª ESMERALDA DOS SANTOS NOVAES	Rua Savério Fittipaldi, 100 - Quietude	2	24.000	2	28.000	4
E.M. PROF.ª ISABEL FIGUEIROA BRÉFERE	Rua João Ramalho, 1250 - Aviação	2	74.000	1	19.000	3
E.M. PROFª MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	Av. Vitor Meirelles, 1875 - Samambaia	2	52.000	2	28.000	4
E.M. PROFª MARIA CLOTILDE LOPES C. RIGO	Rua Bruno Seabra, 141 - Esmeralda	2	64.000	2	22.000	4
E.M. PROFª MARIA NILZA DA SILVA ROMÃO	Rua do Maçom, 1000 - Vila Sonia	9	11.000	1	88.000	10
E.M. REPÚBLICA DE PORTUGAL	Rua Fumio Miyazi, 599 - Guilhermina	7	7.000	1	28.000	8
E.M. ROBERTO FRANCISCO DOS SANTOS	Av. Oliveira Lima, 972 - Ribeirópolis	-	-	1	57.000	1
E.M. ROBERTO MÁRIO SANTINI	Rua Quito, 81 - Guilhermina	2	106.000	2	28.000	4
E.M. RONALDO SÉRGIO A. LAMEIRA RAMOS	Rua Maria Luiza Lavallo, nº 250 - Sítio do Campo	2	12.000	2	44.000	4
E.M. RUTH VILAÇA CORREIA LEITE CARDOSO	Av. João André Quintale, s/nº - Nova Mirim	2	48.000	2	29.000	4
E.M. SÃO FRANCISCO DE ASSIS	Rua Cornélio Procópio, 300 - Boqueirão	2	50.000	1	50.000	3
E.M. SEBASTIÃO TAVARES DE OLIVEIRA	Rua Savério Fittipaldi, 50 - Quietude	2	18.000	1	27.000	3
E.M. SÉRGIO VIEIRA DE MELLO	Rua Paulino Borelli, 921 - Maracanã	3	110.000	2	25.000	5
E.M. SONIA MARISE DOMINGUES	Rua José de Oliveira, 1051 - Vila Sonia	3	3.000	-	-	3
E.M. THERESA MAGRI	Rua Leonora Cembrol Martins, 280 - Antártica	3	8.000	3	19.500	6
E.M. VEREADOR VALTER SALERNO	Av. Dom Pedro II, 828 - Ocian	1	68.000	1	12.000	2
E.M. VEREADOR FELIPE AVELINO MORAES	Rua Anita Barreira, 1023 - Maracanã	2	60.000	1	31.000	3
E.M. VEREADORA ISaura CAMPOS GARCIA	Rua Teodósio de Augustinis, s/nº - Sítio do Campo	1	1.000	-	-	1
E.M. VEREADORA ISaura CAMPOS GARCIA	Rua Teodósio de Augustinis, s/nº - Sítio do Campo	1	20.000	1	34.000	2
E.M. VILA MIRIM	Rua 23 de Outubro, 116 - Mirim	2	4.000	1	8.000	3
E.M. VILA TUPIRY	Av. Presidente Sarmiento, s/nº - Tupiry	1	46.000	2	50.000	3
E.M. VISCONDE DE MAUÁ	Av. Oliveira Lima, 972 - Ribeirópolis	1	126.000	-	-	1
PORTO DO APRENDIZ	Rua Jaú, 1158 - Boqueirão	3	6.000	1	7.000	4
PORTO DO SABER SAMAMBAIA	Rua das Rosedas, s/nº - Samambaia	1	1.000	1	3.000	2
VIVÊNCIA TUPY	Rua Xavantes, 51 - Tupi	2	2.000	1	6.500	3
GARAGEM SEDUC - JOSÉ LUIZ GOMES DE AGUIAR	Rua Oswaldo Augusto de Campos, 433 - Quietude	6	20.000	1	18.000	7
<b>TOTAL</b>						<b>390</b>

SESAP						
UNIDADE	ENDEREÇO	QTD. SUPERIOR	CAP. SUPERIOR	QTD. INFERIOR	CAP. INFERIOR	TOTAL DE CAIXAS
CEMAS/Centro Oftalmológico	Rua Thomé de Souza, 1313 - Aviação	1	15.000	1	18.000	2
DST/AIDS CAPS II/SAE	Rua Cidade de Santos, 89 - Boqueirão	1	13.500	1	20.500	2
CAPS II - Mirim	Rua Guilherme Penteado de Campo, 390 - Nova Mirim	1	8.000	1	12.000	2
CAPS I - Boqueirão	Rua São Bernardo, 401 - Boqueirão	2	2.000	1	25.000	3
CAPS AD	Rua São Caetano, 400 - Boqueirão	6	1.000	-	-	6
CRATH	Av. Presidente Kennedy, 16616 - Jd. Real	2	1.000	-	-	2
CER - Centro Especializado em Reabilitação	Av. Roberto de Almeida Vinhas, 8899 - Mirim	4	2.000	2	4.200	6
CEO - Centro Especializada em Oftalmologia	Av. Roberto de Almeida Vinhas, 8899 - Mirim	4	1.000	1	7.500	5
PS Quietude / SAMU Quietude	Av. Ministro Marcos Freire, 6730 - Jd. Quietude	5	5.000	2	105.000	7
SESAP - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	Av. Presidente Kennedy, 8850 - Mirim	2	1.000	1	80.000	3
UBS Aviação	Av. Dr. Roberto de Almeida Vinhas, 2929 - Aviação	1	1.000	1	18.000	2
UBS Boqueirão	Av. Presidente Kennedy, 918 - Boqueirão	4	4.000	1	8.000	5
UBS Mirim	Av. dos Sindicatos, 635 - Mirim	1	1.000	1	7.000	2
UBS Tupi	Rua Meinacós, 95 - Vila Tupi	2	2.000	-	-	2
USafa Guilhermina	Av. Pres. Kennedy, 2100 - Guilhermina	2	500	-	-	2
USafa Noêmia	Av. Pres. Kennedy, 4960 - Vila Tupi	5	500	-	-	5
		2	1.000	-	-	2



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Estado de São Paulo  
SEAD - Secretaria de Administração

USAF A Aloha	Rua Zenji Sasaki, 269 - Nova Mirim	2	4.000	1	4.000	3
USAF Anhanguera	Rua Josefa Alves de Siqueira, 649 - Jd. Anhanguera	3	2.000	-	-	3
USAF Antártica	Av. dos Trabalhadores, 3801 - Antartica III Gleba	3	4.000	1	9.500	4
USAF Caiçara	Rua Mathilde de Azevedo Setubal, 630 - Caiçara	3	3.000	-	-	3
USAF Esmeralda I	Rua Raquel de Queiroz, 330 - Esmeralda	4	4.000	1	6.000	5
USAF Rio Branco	Av. Hugo de Carvalho Ramos, 1501 - Esmeralda	2	2.000	2	9.600	4
USAF Forte	Av. Rio Branco, 562 - Forte	5	1.000	-	-	5
USAF Guaramar	Av. dos Trabalhadores, 1717 - Jd. Glória	2	2.000	1	5.500	3
USAF Maracanã	Rua Cezar Rodrigues Reis, 850 - Maracanã	2	4.000	1	5.500	3
USAF Melvi	Rua João Caetano, 101 - Melvi	3	3.000	1	20.800	4
USAF MELVI II	Rua Frei Santa Rita Durão, 180 - Melvi	2	2.000	-	-	2
USAF Mirim II	Rua Guilherme Penteado de Campos, 400 - Nova Mirim	2	2.000	1	3.000	3
ACADEMIA MIRIM II	Rua Nossa Srª da Conceição x Av. Sto Antônio de Pádua - Nova Mirim	1	500	-	-	1
USAF Ocian	Rua José Jorge, 521 - Faixa anexa VI Alzira	3	4.500	1	12.000	4
USAF Princesa	Rua Vergilio Gabriel Siqueira, 20 - Jd. Princesa	2	1.000	1	2.000	3
USAF Quietude	Rua Rui Manoel Sampaio Seabra Pereira, 500 - Quietude	2	2.000	1	6.000	3
USAF Real	Rua das Begônias, 453 - Jd. Real	2	2.000	1	4.500	3
ACADEMIA REAL	Rua Lúís X Praça Luiz Antônio Prates Maia - Jardim Real	1	500	-	-	1
USAF Ribeirópolis	Rua Esmeraldo Tarquínio, 471 - Ribeirópolis	3	3.000	1	14.000	4
USAF Santa Marina	Rua Particular, 598 - Conj. Habitacional Jd Anhanguera	2	2.000	1	8.000	3
USAF Samambaia	Av. das Araucárias, 181 - Samambaia	3	3.000	1	15.000	4
USAF São Jorge	Av. dos Trabalhadores, 4242 - Vila Antártica	3	3.000	1	10.500	4
USAF Solemar	Av. Presidente Kennedy, 19726 - Solemar	1	2.000	1	3.200	2
USAF Tude Bastos	Rua Maria Luiza Laval, 68 - Sítio do Campo	2	2.000	1	4.800	3
USAF Vila Sonia	Rua Antônio Cândido da Silva, 1075 - Vila Sônia	2	2.000	1	3.200	3
USAF VI Alice	Rua Renata Câmara Agondi, 46 - Anhanguera	1	5.500	1	6.500	2
USAF VI Tupiry	Rua Idelfonso Galeano, 368 - Tupiry	3	3.000	1	10.500	4
Saúde Ambiental/ Projeto Bicharada	Rua Ali Hussein Daychoum, 10376 - Vila Sônia	2	2.000	1	10.000	3
CEAS Mulher	Rua São José, 700 - Vila Caiçara	3	2.500	-	-	3
Residência Terapêutica	Rua Copacabana, 743 - Guilhermina	1	500	-	-	1
SAMU Guilhermina	Rua Itajubá, s/nº - Guilhermina (esquina Av. Presidente Kennedy)	2	500	-	-	2
SAMU Samambaia	Av. dos Corretores de Imóveis, s/nº - Samambaia	1	1.000	-	-	1
SAMU MARACANÃ	Rua Mario Daige, 836 - Maracanã	1	1.000	-	-	1
HOSPITAL PET	Av. Ministro Marcos Freire, 6650 - Jd Quietude	5	1.000	-	-	5
<b>TOTAL</b>						<b>160</b>



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Estado de São Paulo  
SEAD - Secretaria de Administração

SESURB						
UNIDADE	ENDEREÇO	QTD. SUPERIOR	CAP. SUPERIOR	QTD. INFERIOR	CAP. INFERIOR	TOTAL DE CAIXAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO (PRÉDIO PRODEPG)	Av. Presidente Costa e Silva, 794 - Boqueirão	2	15.000	1	8.500	3
DIVISÃO DE ALMOXARIFADO (PRÉDIO PRODEPG)	Rua Mário Tamashiro x Rua Pernambuco	1	1.000	-	-	1
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DA ORLA (COMPLEXO DAS REGIONAIS)	Galpão Divisão de Manutenção da Orla - Rua José Júlio Baptista, 25 - Vila Antártica	4	1.000	-	-	4
		4	500	-	-	4
		1	250	-	-	1
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE DRENAGEM (COMPLEXO DAS REGIONAIS)	Galpão Divisão de Manutenção de Drenagem - Rua José Júlio Baptista, 25 - Vila Antártica	4	1.000	-	-	4
		1	500	-	-	1
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE VIAS (REGIONAL 4)	Av. Professora Heleny Rosa, 116 - Melvi	2	1.000	-	-	2
		2	500	-	-	2
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DA FROTA (GARAGEM)	Rua Reinaldo dos Santos, 357 - Jd. Glória	2	2.000	1	1.000	3
		1	1.000	1	50.000	2
		2	500	-	-	2
		1	310	-	-	1
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS (PARQUE LEOPOLDO )	Rua José Bonifácio, s/nº - Tude Bastos	7	500	-	-	7
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS E DIVISÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COMPLEXO DAS REGIONAIS)	Rua José Júlio Baptista, 25 - Vila Antártica	1	2.000	1	1.000	2
		1	1.500	-	-	1
		1	1.000	-	-	1
		3	500	-	-	3
		1	1.000	-	-	1
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - ESPAÇO XIXOVÁ	Rua Xixová - Forte	1	500	-	-	1
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - ESPAÇO TUDE BASTOS	Rua Olavo Paula Borges - Sítio do Campo	1	500	-	-	1
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - ESPAÇO VILA SÔNIA	Rua Arnaldo Augusto Baptista - Vila Sônia	1	500	-	-	1
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - ESPAÇO SÃO JORGE	Av. João Batista de Siqueira - Vila Antártica	1	500	-	-	1
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - ESPAÇO ALVORADA	Rua Álvaro Silva Junior - Quietude	10	1.000	1	10.000	11
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - ESPAÇO PIAÇABUCU	Rua José Borges Neto - Mirim (antiga Av. Astério Genário)	1	500	-	-	1
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - ESPAÇO SAMAMBAIA	Rua dos Ipês - Samambaia	1	500	-	-	1
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - ESPAÇO REAL	Rua Azaléia - Jd. Real	1	500	-	-	1
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS - ESPAÇO CAIÇARA	Rua Flausina de Oliveira Rosa - Caiçara	1	500	-	-	1
DIVISÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL	Rua Matilde de Azevedo Setúbal, 1496 - Vila Caiçara	1	1.000	-	-	1
		3	500	-	-	3
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO AMBIENTAL (VIVEIRO)	Rua Antônio Gambini, s/nº - Tupi	2	1.000	-	-	2
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO AMBIENTAL (ORQUIDÁRIO MUNICIPAL)	Rua José Bonifácio, s/nº - Tude Bastos	2	1.000	1	10.000	3
DIVISÃO DE CEMITÉRIO	Av. Ministro Marcos Freire, 3377 - Vila Antártica	4	1.000	1	6.000	5
		3	500	-	-	3
TOTAL						81

SETRAN						
UNIDADE	ENDEREÇO	QTD. SUPERIOR	CAP. SUPERIOR	QTD. INFERIOR	CAP. INFERIOR	TOTAL DE CAIXAS
BASE	Rua Amália Belotti Pastorello, 72 - Sítio do Campo	2	500	-	-	2
PÁTIO	Av. dos Trabalhadores, 3443 - Vila Antártica	2	500	-	-	2
TOTAL						4



**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**Estado de São Paulo  
SEAD - Secretaria de Administração

SECTOR						
UNIDADE	ENDEREÇO	QTD. SUPERIOR	CAP. SUPERIOR	QTD. INFERIOR	CAP. INFERIOR	TOTAL DE CAIXAS
PALÁCIO DAS ARTES (SECTOR)	Av. Presidente Costa e Silva, nº 1600 - Boqueirão	1	40.000	1	10.000	2
PARQUE MUNICIPAL ÉZIO DALL'AQUA (PORTINHO)	Rua Paulo Sérgio Garcia, s/nº - Sítio do Campo	3	2.500	-	-	3
KARTRÓDOMO MUNICIPAL	Rua Luiz Arikawa, s/nº - Sítio do Campo	1	2.000	-	-	1
ESPAÇO KIDS FORTE	Av. Pres. Castelo Branco, s/nº em frente a Rua Tiradentes - Canto do Forte	2	500	-	-	2
CASA DO ARTESÃO	Av. Pres. Kennedy, prox. ao numero 19672 - Solemar	1	1.000	-	-	1
PAVILHÃO JAIR RODRIGUES	Rua Saverio Fitipaldi, s/nº - Quietude	11	1.000	-	-	11
TOTAL						20

SEEL						
UNIDADE	ENDEREÇO	QTD. SUPERIOR	CAP. SUPERIOR	QTD. INFERIOR	CAP. INFERIOR	TOTAL DE CAIXAS
CAMPO DE FUTEBOL DO AC PRAIA GRANDE	Av. Irmãos Adornos, s/nº - Sítio do Campo	1	1.500	-	-	1
CAMPO DE FUTEBOL DO TREZE DE MAIO	Rua Amauzide Gama, s/nº - Sítio do Campo	-	-	-	-	0
CAMPO DE FUTEBOL DO MAGIC PAULA	Rua Maria Correia, 480 - Vila Antártica	1	2.000	-	-	1
CAMPO DE FUTEBOL DO GALO DE OURO	Av. São Jorge, s/nº - Nova Mirim	1	500	-	-	1
CAMPO DE FUTEBOL DO REAL	Rua Antônio Luiz Prates Maia, s/nº - Jardim Real	2	2.000	-	-	2
CAMPO DE FUTEBOL DO MELVI	Rua Milton de Oliveira, s/nº - Jardim Melvi	2	2.000	-	-	2
CIE - CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE JOSÉ MOURA	Av. Dr. Esmeraldo Tarquínio Campos Filho, s/nº - Esmeralda	4	22.000	1	14.000	5
CENTRO DE EXCELÊNCIA DE JUDÔ - JOÃO C. R. M. JUNIOR	Rua Arari, s/nº - Vila Tupi	4	1.000	-	-	4
GINÁSIO SEEL - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	Rua João Balbino Correia, s/nº - Tupiry	4	1.000	2	5.000	6
GINÁSIO ALOHA - (NÚCLEO DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL)	Rua Zenji Sasaki, s/nº - Jardim Aloha	1	3.000	-	-	1
GINÁSIO MIRINS III	Rua Marechal José Cardoso, 135 - Canto do Forte	3	1.000	-	-	3
GINÁSIO POLIESPORTIVO CAIÇARA	Rua João Piedade Gomes, 330 - Vilamar	4	1.000	2	11.000	6
		1	500	-	-	1
GINÁSIO POLIESPORTIVO FALCÃO	Av. Presidente Kennedy, 8169 - Mirim	1	17.000	1	13.000	2
GINÁSIO POLIESPORTIVO FORTE	Av. Rio Branco, 640 - Canto do Forte	6	1.000	1	16.000	7
		1	500	-	-	1
GINÁSIO POLIESPORTIVO MAGIC PAULA	Av. do Trabalhador, 4111 - Vila Antártica	1	38.000	1	38.000	2
GINÁSIO POLIESPORTIVO RODRIGÃO	Av. Presidente Kennedy, 5563 - Vila Tupi	1	32.000	1	32.000	2
GINÁSIO POLIESPORTIVO SAMAMBAIA	Av. Maria Cavalcante da Silva, 10 - Samambaia	2	1.000	2	4.000	4
		1	500	-	-	1
GINÁSIO POLIESPORTIVO SÍTIO DO CAMPO	Rua Maria Luiza Lavalley, 180 - Sítio do Campo	4	1.000	1	34.000	5
		1	500	-	-	1
NAVEGA SÃO PAULO	Rua Paulo Sérgio Garcia, 601 - Sítio do Campo	3	1.000	-	-	3
PISCINA MUNICIPAL	Rua Gilberto Fouad Beck, 100 - Mirim	4	1.000	1	57.000	5
PISTA DE ATLETISMO	Rua José Bonifácio, s/nº - Sítio do Campo	6	1.000	-	-	6
ESCOLA DE ESPORTES RADICAIS ALEX ORELINHA	Av. Presidente Castelo Branco, s/n - Canto do Forte	2	500	-	-	2
ESCOLA DE ESPORTES RADICAIS OCIAN	Av. Presidente Castelo Branco, s/n - Ocian	2	500	-	-	2
TOTAL						76

TOTAL DE RESERVATÓRIOS e CAIXAS D'ÁGUA	871
TOTAL DE LIMPEZAS EM 12 MESES (DUAS LIMPEZAS SEMESTRAIS)	1.742





ANEXO V - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXX, QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DA ESTÂNCIA  
BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE E A XXX (NOME DO  
CONTRATADO)**

Na Divisão de Expediente Administrativo, da Secretaria de Administração, do **MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.177.531/0001-55, localizada à Avenida Presidente Kennedy, nº 9.000 - Vila Mirim, Praia Grande/SP, onde se achavam presentes os Senhores **MAURICIO VIEIRA IZUMI**, titular da Secretaria de Assuntos de Segurança Pública, por atribuição conferida através do inciso XIII do artigo 28; **RONALDO FERREIRA DE ALCÂNTARA**, Secretário de Administração Interino, através do inciso XVIII do artigo 31; **GISELE DOMIGUES**, titular da Secretaria de Assistência Social, por atribuição conferida através do inciso IV do artigo 45; **PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**, titular da Secretaria de Educação, por atribuição conferida através do inciso XXXI do artigo 48; **JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**, titular da Secretaria de Saúde Pública, por atribuição conferida através do inciso XIX do artigo 51; **SORAIA M. MILAN**, titular da Secretaria de Serviços Urbanos, por atribuição conferida através do inciso XII do artigo 66; **MARCELINO SANTOS GOMES**, titular da Secretaria de Trânsito, por atribuição conferida através do inciso XXX do artigo 69; **MAURICIO DA SILVA PETIZ**, titular da Secretaria de Cultura e Turismo, por atribuição conferida através do inciso XXXVII do artigo 78; **RODRIGO SANTANA**, titular da Secretaria de Esporte e Lazer, por atribuição conferida através do inciso XXVI do artigo 81, neste ato representando esta Municipalidade, doravante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXX**, CNPJ sob nº **XXX**, com sede na **XXX**, nº **XXX**, **XXX** - SP, CEP **XXX**, doravante designado **CONTRATADO**, representada na forma de seu estatuto/contrato social pelo Senhor **XXX**, RG nº **XXX**, CPF nº **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXX** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7929/2023, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 085/2026** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS E CAIXAS D'ÁGUA**, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item do TR	Descrição (*)	Unidade	Quantidade*	Valor Unitário em R\$

(\*) A descrição completa do(s) item(ns) encontra-se no Termo de Referência do edital.

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.





## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte quatro) meses , contados da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado - (tendo em vista que garante as condições sanitárias adequadas e a qualidade da água utilizada nos equipamentos e instalações permanentes da Administração, sendo a vigência Plurianual mais vantajosa considerando as despesas relativas ao trâmite para prorrogações ou novos ajustes, nesse sentido, a contratação observa o plano plurianual e a lei orçamentária anual, atentando ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

*2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

*2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO**

3.1. Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO**





## 5.1. DO VALOR

5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXX (por extenso)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 5.2. DO PAGAMENTO

5.2.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **XX/XX/XXXX (DD/MM/AAAA)**.

6.2. Após o interregno de 1 (um) ano, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste dos preços até o término da vigência contratual, sendo que os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice **IPCA/IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, vigente a época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado “pro-rata die”, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:





7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

7.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.7. Aplicar ao CONTRATADO sanção motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.8. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 trinta dias corridos.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

8.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato,





8.1.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.5. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.9. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela gestão e fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.





8.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.1.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

8.1.19.1. No caso específico da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por centos, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (art. 429 da CLT);

8.1.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

8.1.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.1.24. Realizar os serviços de manutenção nos locais constantes no **ANEXO IV** do Edital.

## **CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

9.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.





9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**





11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas Nos subitem "11.1.2. a 11.1.4." do item 10.1. deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "11.1.5 a 11.1.8." do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "11.1.2. a 11.1.4.", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.2.4. **Multa:**

11.2.4.1. Moratória de **1 % (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias;

11.2.4.2.1. O atraso superior a **30 (trinta)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.3. Compensatória de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

a) execução incompleta dos serviços contratados, como a limpeza realizada apenas em parte dos reservatórios previstos;

b) realização do serviço em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, sem comprometer totalmente sua finalidade;





- c) atraso parcial na execução dos serviços, desde que não inviabilize o atendimento da demanda;
- d) falhas pontuais na desinfecção, identificadas pela fiscalização, passíveis de correção sem necessidade de refazimento integral do serviço;
- e) não apresentação imediata de relatórios, certificados ou registros da execução, quando exigidos, desde que posteriormente regularizados.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

11.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

11.7.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.9. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão





estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.1 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.





12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.8. O CONTRATANTE poderá nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS Nº

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>FONTE</b>	<b>DESPESA</b>	<b>CÓD. APLIC.</b>	<b>SECRETARIA</b>
XXXX	XX	XXX	XXXX	XXX

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei 14.133, de 2021).





## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Praia Grande/SP, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Contrato.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, pactuado, é lavrado o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual forma e teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo. Pelo que eu, ....., digitei, assino e dato. Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos **XXX** de **XXX** de 202**X**, ano ..... da emancipação político administrativa.

**MAURICIO VIEIRA IZUMI**

Secretário Municipal de Segurança Pública

**RONALDO FERREIRA DE ALCÂNTARA**

Secretário de Administração Interino

**GISELE DOMINGUES**

Secretária Municipal de Assistência Social

**PATRICIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS**

Secretária Municipal de Educação

**JOSÉ ISAIAS COSTA LIMA**

Secretário Municipal de Saúde Pública

**SORAIA M. MILAN**

Secretária Municipal de Serviços Urbanos

**MARCELINO SANTOS GOMES**

Secretário Municipal de Trânsito

**MAURICIO DA SILVA PETIZ**

Secretário Municipal de Cultura e Turismo

**RODRIGO SANTANA**

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Representante legal do CONTRATADO

## **TESTEMUNHAS:**

1-

2-

Processo Administrativo nº 3579/2025.





**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)**

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**





**MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**

Estado de São Paulo  
SEAD - Secretaria de Administração

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).





**ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP**

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

*Em se tratando de obras/serviços de engenharia:*

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) Memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) Previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) Comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) As plantas e projetos de engenharia e arquitetura. LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)



## Verificação de assinatura

Código de verificação:

4LWT2M3M 2X53ADJU 5EN24FCK 426M32MT



Este documento foi assinado digitalmente. Para validar o documento, escaneie o QR Code acima ou acesse o site <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código de verificação. É possível baixar o documento original ou uma versão para impressão através do site.

**Documento assinado eletronicamente, conforme Decreto nº 8.025, de 23 de julho de 2024.**

Lista de assinaturas:



Assinado digitalmente por RONALDO FERREIRA DE ALCANTARA, CPF: 121.247.468-63, em: 08/06/2026 10:01:53



Assinado digitalmente por RODRIGO SANTANA, CPF: 287.067.718-90, em: 08/06/2026 10:03:32



Assinado digitalmente por MARCELINO SANTOS GOMES, CPF: 169.600.188-97, em: 08/06/2026 10:16:10



Assinado digitalmente por GISELE DOMINGUES, CPF: 091.127.228-39, em: 08/06/2026 10:20:45



Assinado digitalmente por MAURICIO DA SILVA PETIZ, CPF: 032.164.678-99, em: 08/06/2026 11:02:38



Assinado digitalmente por PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, CPF: 199.354.948-02, em: 08/06/2026 11:14:04



Assinado digitalmente por JOSE ISAIAS COSTA LIMA, CPF: 318.588.378-04, em: 08/06/2026 12:57:56



Assinado digitalmente por ADRIANO CESAR AUGUSTO DE FREITAS, CPF: 199.273.488-78, em: 09/06/2026 10:41:00



Assinado digitalmente por MAURICIO VIEIRA IZUMI, CPF: 130.501.278-05, em: 09/06/2026 10:52:28

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar a assinatura escaneie o QRCode ou acesse: <https://assinadordigitalexterno.praia grande.sp.gov.br/consulta> e informe o código 4LWT2M3M 2X53ADJU 5EN24FCK 426M32MT  
Assinado por: RONALDO FERREIRA DE ALCANTARA, RODRIGO SANTANA, MARCELINO SANTOS GOMES, GISELE DOMINGUES, MAURICIO DA SILVA PETIZ, PATRICIA CONCEICAO ALMEIDA DIAS, JOSE ISAIAS COSTA LIMA, ADRIANO CESAR AUGUSTO DE FREITAS e MAURICIO VIEIRA IZUMI.

